

**IDÉIAS
PARA UMA
NOVA
ECONOMIA**

19 OUT 1984

Economia Brasil



O desafio do próximo governo: retomar o crescimento econômico.

José Júlio Senna, professor da Pós-Graduação da FGV e diretor do Banco Boavista.

O principal desafio do próximo governo será o de conseguir que a economia brasileira volte a crescer. Na verdade, normalmente, este é o objetivo de todas as sociedades. No caso brasileiro a questão assume proporções maiores devido ao fato de que estamos em recessão há cerca de quatro anos.

O importante em tudo isso é notar que nenhuma economia cresce ao ritmo que deseja, ou ao ritmo que seus governantes desejam. Em outras palavras, governo algum jamais consegue promover, diretamente, o crescimento econômico auto-sustentado de uma determinada sociedade. Os instrumentos ao alcance dos formuladores da política macroeconômica não são suficientemente poderosos para garantir a sustentação de uma determinada fase de expansão.

Assim, mediante a manipulação dos instrumentos fiscais, monetários, cambiais, creditícios, etc., é possível fazer a economia crescer, mas apenas por curtíssimo espaço de tempo. Todos os governantes que não pensavam desta maneira, e que forçaram o crescimento pela adoção de políticas ditas expansionistas, acabaram conseguindo crescimento por um ano e recessão, com, inflação elevada, por quatro, cinco ou mais anos.

O fato de o governo ter poderes muito limitados para promover diretamente o crescimento não significa, porém, que nada possa ser feito, a esse respeito. Pelo contrário, o campo para a atuação do governo é enorme. Sua influência, no entanto, será sempre muito mais indireta do que propriamente direta. De maneira resumida, cabe ao governo, fundamentalmente, ajudar a promover um ambiente econômico e social saudável, propício ao crescimento. A partir daí, as forças de mercado ajudam, e o setor empresarial se incumbem de fazer o emprego e a produção crescerem. Tem sido assim em muitos países, particularmente nos desenvolvidos.

É função primordial do governo participar, aqui sim, diretamente, dos investimentos em saúde, nutrição e educação. Nestas áreas, o sistema de mercado falha, ou seja, se deixados os investimentos nesses setores apenas a cargo do setor privado, os resultados ficarão muito aquém do socialmente desejável. As sociedades que têm revelado crescimento contínuo, auto-sustentável, são todas elas ricas em recursos humanos qualificados — este é o seu mais significativo traço comum. Nestes casos, existe alto grau de mobilidade social; a absorção de tecnolo-

gia torna-se mais rápida; a acumulação física de capital fica mais fácil.

No Brasil, a presença do Estado na economia cresceu muito, mas não nas áreas certas, ou seja, no campo social. O Estado-empresário inchou, ao passo que o Estado verdadeiramente promotor do desenvolvimento econômico-social encolheu. Temos esperança de que os próximos governantes terão também esse entendimento, e procurarão promover o redirecionamento da atuação estatal para o caminho apontado. Essa, contudo, é uma tarefa de longo prazo, cujos frutos demoram realmente a aparecer. Mas nem por isso menos nobre do que outras, mais prementes.

De urgente, ou seja, para ser resolvido a prazo curto, temos a inflação. A nosso ver, todos os problemas conjunturais, hoje em dia tão intensamente debatidos, são de importância reduzida, quando comparados à questão inflacionária. E a razão para isto é simples: com inflação elevada não há crescimento econômico. De fato, a alta exagerada dos preços desorienta todo mundo, principalmente os empresários, que são os grandes responsáveis pela produção e pelo volume de emprego. A desorientação gera apatia do setor empresarial, e disto resulta o desemprego.

O processo inflacionário brasileiro nasceu de um enorme desequilíbrio fiscal, ainda não corrigido, financiado por maciça emissão monetária. Mas não é só isto. O processo mantém-se porque o público formou expectativas inflacionárias desfavoráveis, baseadas na própria inflação passada. Essa componente de expectativas, cuja importância na explicação da inflação costuma guardar proporção direta com a própria taxa inflacionária, significa pura e simplesmente falta de confiança no valor da moeda. Com expectativas exarcebadas, o público procura desfazer-se da moeda de modo cada vez mais rápido, pressionando os preços dos bens e serviços.

Desta forma, o combate à inflação requer, de um lado, a correção dos desequilíbrios fiscais e, de outro, a reconquista da confiança na moeda. Em toda parte, questões relacionadas à confiança e à credibilidade encontram momento propício para solução em épocas de mudança de governo. Temos aqui, portanto, outra grande tarefa para a próxima administração. Eventual êxito nesse campo, se acompanhado da reorientação do Estado para a área social, poderá colocar-nos novamente na tão almejada trilha do desenvolvimento.